

EXAME NACIONAL DE ECONOMIA A
PROVA 712 | 1.ª Fase | Ensino Secundário 2020
11.º Ano de Escolaridade

Grupo I

1. (A)

A aquisição de um automóvel pela família A é um exemplo de atividade económica de utilização dos rendimentos (consumo) e a constituição de um depósito a prazo pela família A é um exemplo de atividade económica de utilização dos rendimentos (poupança).

2. (D)

A lei de Engel enuncia que quanto menor o rendimento disponível de uma família, maior será o coeficiente orçamental relativo às despesas em consumo alimentar.

Neste exemplo, ambas as famílias, em 2018 e 2019, gastaram 90% (100% – 10%) do seu rendimento disponível em consumo.

O coeficiente orçamental da despesa em consumo alimentar da família A, em 2018 e 2019, foi, respetivamente, 35 (100 – 65) e 21 (100 – 79). O coeficiente orçamental da despesa em consumo alimentar da família B, em 2018 e 2019, foi, respetivamente, 25 (100 – 75) e 32 (100 – 68).

Deste modo, para que ambas as famílias se tivessem comportado de acordo com a lei de Engel, seria necessário que o rendimento disponível da família A tivesse aumentado, dado que, em 2019, o coeficiente orçamental da despesa em consumo alimentar desta família se reduziu (de 35 para 21), e que o rendimento disponível da família B tivesse diminuído, dado que, em 2019, o coeficiente orçamental da despesa em consumo alimentar desta família sofreu um aumento (de 25 para 32).

3. (B)

Quando a empresa emprega o 5.º trabalhador, a produtividade marginal do trabalho é igual à produtividade média dos cinco trabalhadores.

Função de produção de curto prazo

N.º Trabalhadores	1	2	3	4	5	6
Produção Unidades	100	300	600	1200	1500	1680
Produtividade marginal do trabalho	-	200	300	600	300	180
Produtividade média do trabalho		300/2= 150	600/3= 200	1200/4= 300	1500/5= 300	1680/6= 280

4. (D)

IV Sistema de preferências aduaneiras: os países que fazem parte do sistema concedem vantagens aduaneiras entre si. É o que acontece com os países que integram a Commonwealth.

I Zona de comércio livre: há livre circulação de mercadorias entre os países pertencentes à zona e cada um estabelece a sua pauta aduaneira no comércio com terceiros países. A EFTA (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein) é um exemplo desta forma de integração.

V União aduaneira: para além da livre circulação de mercadorias entre os países-membros da união, é aplicada uma pauta aduaneira comum no comércio com terceiros países. Como exemplos podem referir-se a União Europeia (UE), que começou por ser uma união aduaneira, e a União Aduaneira da África Austral.

III Mercado comum: nesta forma de integração, a livre circulação de bens estende-se aos serviços, às pessoas e aos capitais. O Mercosul e a UE são exemplos desta forma de integração mais profunda.

II União Económica: ao serem alcançadas as quatro liberdades de circulação (mercadorias, serviços, capitais e pessoas), os países podem avançar no processo de integração, adotando políticas económicas comuns. Alguns países participantes da união económica poderão aprofundar o processo de integração, adotando uma moeda única e uma política monetária comum, a chamada união monetária. É o caso da UE, em que existem políticas comuns nas áreas da agricultura e da pesca e na qual se pratica uma política monetária comum para os países cuja moeda é o euro.

5. 5.1 (D)

Ano de 2014

Taxa de emprego = $100\% - 14,1\% = 85,9\%$

Taxa de emprego = $(4551 / \text{Pop. Ativa}) \times 100$

Pop. Ativa = $(4551 \times 100) / 85,9 = 5298,02$ milhares de indivíduos

Taxa de desemprego = $(\text{Pop. Desempregada} / \text{Pop. Ativa}) \times 100$

$14,1 = (\text{Pop. Desempregada} / 5298,02 \text{ milhares de indivíduos}) \times 100$

Pop. Desempregada = $(5298,02 \text{ milhares de indivíduos} \times 14,1) / 100 = 747,02$ milhares de indivíduos.

5.2 (C)

Taxa de inatividade = $100\% - 49,5\% = 50,5\%$

Por cada 100 indivíduos residentes, 50,5 eram considerados inativos.

Por cada 1000 indivíduos residentes, 505 eram considerados inativos.

6. 6.1 (B)

No período de 2011 a 2014, o nível médio dos preços da UE-28 cresceu a um ritmo decrescente: 3 %, 2,5%, 1,4% e 0,6% (desinflação).

6.2 (C)

Em Portugal, na indústria, excluindo a construção, o salário médio real, em 2014, face ao ano anterior, aumentou porque, em 2014, a taxa de variação anual do IPC (em %) foi negativa (-0,3%) e a taxa de variação anual do salário médio nesse ramo de atividade (em %) foi 0,1%.

7. **Figura 1: e)** ocorreu no mercado do bem X um aumento da quantidade procurada desse bem, devido à redução do seu próprio preço (Lei da procura).

Figura 2: b), d), g).

b) a redução do preço de um bem substituto do bem X provocou uma alteração no mercado do bem X (a curva da procura sofreu um deslocamento para a esquerda: curva A1).

d) a redução do rendimento das famílias provocou, no mercado do bem X, a redução da procura desse bem (a curva da procura sofreu um deslocamento para a esquerda: curva A1).

g) ocorreu, no mercado do bem X, uma redução da procura por influência da moda (a curva da procura sofreu um deslocamento para a esquerda: curva A1).

Figura 3: a), c), f).

a) para cada nível de preços, no mercado do bem X, verificou-se um aumento da quantidade procurada (a curva da procura sofreu um deslocamento para a direita: curva A1).

c) a redução do preço de um bem complementar do bem X provocou uma alteração no mercado do bem X (a curva da procura sofreu um deslocamento para a direita: curva A1).

f) a alteração na campanha publicitária do bem X provocou um aumento da procura no mercado desse bem (a curva da procura sofreu um deslocamento para a direita: curva A1).

8. **(C)**

$DI = C + I + \text{Export.} - \text{Import.}$

Procura Interna = $C + I$

Procura externa = Export.

Procura Global = Procura Interna + Procura Externa

$DI = \text{Procura Global} - \text{Import.}$

Import. = Procura Global – DI = 88 445 milhões de euros.

Export. = Procura Global – Procura Interna = 89 293 milhões de euros.

9. **(C)**

Rendimento Nacional Líquido = Rendimento Nacional Bruto – Consumo de capital fixo/amortização

10. **a) 3**

Empresa E

VAB = 8000 milhares de euros

Empresa F

VAB = 15 000 milhares de euros

Produto = 8000 milhares de euros + 15 000 milhares de euros = 23 000 milhares de euros.

b) 1 (ótica do rendimento)

c) 1 (bruto de produção) $VAB = VBP - \text{consumos intermédios.}$

d) 2 (dos consumos intermédios) $VBP = \text{Consumo final} + \text{consumos intermédios}$

11. (A)

I e III Investimento material (constituído por bens de produção. Por exemplo, matérias primas, máquinas e edifícios).

II investimento financeiro (constituído por aplicações financeiras das poupanças. Por exemplo, aquisição de ações e de obrigações).

12. (C)

Balança de Capitais: registam-se entradas e saídas de fluxos de capitais não financeiros.

Créditos = $22 + 109 = 131$ milhões de euros.

Débitos = $13 + 77 = 90$ milhões de euros.

Saldo = Créditos – Débitos = $131 - 90 = 41$ milhões de euros.

13.

13.1 (C)

O valor da dívida pública aumentou, no período de 2017 a 2019, pois os sucessivos défices orçamentais contribuíram para esse aumento. Apesar de os défices terem decrescido em 2017 e 2019, não houve superávites nesses anos, pelo que os défices sucessivos originaram o aumento da dívida pública.

13.2 (B)

Um aumento do valor das contribuições sociais pagas pelas famílias consiste num aumento das receitas públicas, pelo que contribui para um decréscimo do défice orçamental.

14. (D)

A desvalorização da moeda é uma medida tomada pelas autoridades bancárias dos países, a moeda desse país tornar-se-á mais barata. A descida do valor de uma determinada moeda relativamente às outras terá consequências nas trocas internacionais – as exportações tornam-se mais competitivas (os produtos exportados ficam mais baratos); em contrapartida, os produtos importados ficam mais caros. Deste modo, podemos afirmar, que no curto prazo, no mercado interno do país B (país que não desvalorizou a moeda e cuja moeda permite adquirir mais unidades monetárias do país A) se verifica uma redução do preço e um aumento da quantidade procurada dos bens provenientes do país A.

15. (B)

Uma das competências do BCE consiste em definir a taxa de juro diretora para garantir a estabilidade dos preços.

Grupo II

1. Escassez consiste na existência de recursos limitados ou insuficientes para satisfazer as necessidades ilimitadas. Como refere o texto, quer os diamantes quer os tijolos “são recursos escassos”. Não se podem construir mais escolas, porque os tijolos também são escassos. Daí a necessidade de se ter de fazer escolhas, pois não podemos satisfazer todas as necessidades, que são ilimitadas face aos recursos escassos para as satisfazermos. Por isso, a economia também é denominada a “ciência das escolhas”.

2. Rendimento disponível médio das famílias = Total de despesas em Consumo (Consumo das famílias) + Poupança
Rendimento disponível médio das famílias = $(2\,800 \times 100) / 8 = 35\,000$ euros
Consumo = $(35\,000 \times 92) / 100 = 32\,200$ euros
Despesa média em consumo alimentar = $(32\,200 \times 15) / 100 = 4\,830$ euros.
3. Uma das razões que possibilita a existência de poucos e grandes produtores nos mercados oligopolistas é, como refere o texto, “a existência da produção em larga escala”, o que possibilita a obtenção de economias de escala: custos médios de produção mais reduzidos e possibilidade de colocarem nos mercados bens a preços mais baixos (mais competitivos) e de alargarem os mercados, porque conseguem vender mais quantidades. Outra razão tem a ver, como refere o texto, “com os obstáculos à entrada de novos produtores nesse mercado”, porque os novos concorrentes têm dificuldades em dispor de grandes quantidades de capital para poderem investir.

Grupo III

1. 1.1. Em 2009 face a 2008, a taxa de risco de pobreza, antes de qualquer transferência social, era, respetivamente, 41,5% e 43,4%. A taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais diz respeito à proporção da população cujo rendimento equivalente, antes de transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza (definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente).
- Em 2009 face a 2008, a taxa de variação anual (em %) das prestações sociais cresceu a um ritmo maior, originando a redução da taxa de risco de pobreza, após as transferências sociais. Os efeitos das transferências sociais foram muito significativos na redução da taxa de risco de pobreza, pois a proporção da população em risco de pobreza passou a ser 17,9% nos dois anos considerados, mantendo-se igual nestes dois anos. De notar que, em 2008 e em 2009, a taxa de risco de pobreza diminuiu após as transferências sociais, embora em 2009 a taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social fosse mais elevada que no ano anterior.
- O rácio S80/S20 permite-nos saber quantas vezes o rendimento dos 20% mais ricos é superior ao rendimento dos 20% mais pobres. De 2008 para 2009, registou-se uma redução do rácio S80/S20, que passou de 6,0 para 5,6, ou seja, em 2009, o rendimento dos 20% mais ricos (quinto quintil) era 5,6 vezes superior ao dos 20% mais pobres (primeiro quintil), reduzindo-se a desigualdade.
- Pode concluir-se que em 2009 face a 2008:
- as prestações sociais aumentaram e constituem um instrumento importante das políticas sociais;
 - a taxa de risco de pobreza diminuiu, após as transferências sociais;
 - o rácio S80/S20 diminuiu, o que revela uma redução das desigualdades sociais.

- 1.2.** O rendimento por habitante determina-se dividindo o Rendimento Nacional pelo número de habitantes, traduzindo “a riqueza por habitante de um país”, como é referido no texto. É muito utilizado nas comparações internacionais. Porém, como é uma média, considera que cada habitante detém o mesmo rendimento, encobre as diferenças entre o valor máximo e o valor mínimo da distribuição dos rendimentos, bem como as desigualdades sociais existentes, informando pouco “acerca distribuição (ou repartição) do rendimento dentro de um mesmo país”, como menciona o texto. Daí a necessidade de se recorrer a outros indicadores como, por exemplo, a taxa de risco de pobreza e os rácios S90/S10 e S80/S20.
- 2.** O aumento do peso das exportações portuguesas para a Comunidade Europeia de 58%, em 1985 (um ano antes da entrada de Portugal na CE), para 81%, em 1995, deveu-se à adesão de Portugal à CE em 1986 e aos sucessivos alargamentos da CE.
- De facto, em 1985, as exportações portuguesas para a Comunidade Europeia (mercado intracomunitário) representam 58% do total das exportações (para o mercado extracomunitário representavam 42% das exportações); porém, em 1995, já representavam 81% do total das exportações para o mercado intracomunitário e para o mercado extracomunitário representavam apenas 19% das exportações. Com a adesão à CE, os custos para as empresas portuguesas exportadoras desceram, uma vez que deixaram de existir barreiras alfandegárias, tornando os produtos portugueses mais competitivos na CE. Além disso, a CE sofreu vários alargamentos, aumentando o número de países para os quais as exportações portuguesas não tinham barreiras alfandegárias (o mercado intracomunitário alargou-se).

FIM